



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

## A INSERÇÃO E OS PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: REFILANTROPIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL OU NOVO ESPAÇO SÓCIO- OCUPACIONAL?

Kate Santos Miranda<sup>1</sup>

Jullyana Leite Silva Bonifácio<sup>2</sup>

Francisca Ferreira da Silva<sup>3</sup>

Francisca Jéssica Verônica da Silva<sup>4</sup>

Alicia Zélia Alencar Salvadori<sup>5</sup>

Ana Carolyn Belarmino Pereira<sup>6</sup>

Maria Clara de Oliveira Figueiredo<sup>7</sup>

**Resumo:** A inserção do serviço social no Terceiro Setor advém do contexto histórico dos fundamentos da própria profissão. As razões para o início desses serviços prestados por entidades não governamentais se fortalecem por uma estratégia do Estado Mínimo e do incentivo Neoliberal na década de 1990. Dessa forma, observamos na contemporaneidade a importância do serviço social dentro destes espaços de forma especializada, pois o Terceiro Setor pode ser visto como um novo campo de atuação. Embora o Estado se abstenha de sua responsabilidade, tornando o trabalho do assistente social precarizado, esse profissional precisa se reinventar, com o intuito de atender seu projeto ético-político sem retroceder em seus fundamentos, mantendo a defesa da classe trabalhadora e a mediação diante as relações conflituosas de poder.

**Palavras chaves:** Terceiro Setor, trabalho, precarização, assistente social, voluntariado.

**Abstract:** The insertion of social service in the Third Sector comes from the historical context of the foundation of the profession itself. The reasons for the beginning of these services provided by non-governmental entities are strengthened by a strategy of the State Minimum and the Neoliberal incentive in the 1990. In this way, we observe in contemporary times the importance of social service within these spaces in a specialized way, since the Third Sector can be seen as a new field of action. Although the State refrains from its responsibility, making the social worker's job precarious, the social worker must reinvent himself in order to attend to his ethical-political project without falling back on its foundations, maintaining the defense of the working class and mediation confronted by conflicting power relations.

**Key words:** Third Sector, work, precarization, social worker, volunteering.

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, E-mail: katemiranda16@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, E-mail: katemiranda16@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, E-mail: katemiranda16@gmail.com.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, E-mail: katemiranda16@gmail.com.

<sup>5</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, E-mail: katemiranda16@gmail.com.

<sup>6</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, E-mail: katemiranda16@gmail.com.

<sup>7</sup> Professor com formação em Serviço Social, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, E-mail: katemiranda16@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como tema a inserção do assistente social no Terceiro Setor e, dessa maneira, surgiu o título: “A inserção e os processos de trabalho do assistente social no Terceiro Setor: Refilantropização da questão social ou novo espaço sócio-ocupacional?”. Com o estudo, notamos o quanto é indispensável a presença desse profissional, pois só o mesmo tem instrumentos e técnicas para executar políticas públicas, considerando a questão social e a conjuntura, sem se esquecer da função do Terceiro Setor, de ocupar a parte frágil do Estado, pois o mesmo se desresponsabiliza de suas funções para com o trato da questão social, passando, assim, para a população suas responsabilidades. Tem como objetivo compreender o surgimento do Terceiro Setor e sobre os processos de trabalho do assistente social neste espaço, com a finalidade de explorar as competências e atribuições desses profissionais nesse novo campo de atuação, além de termos o intuito de desmistificar a formulação do conceito sobre o Terceiro Setor, nos justificando a partir da ideia primária dessas associações sempre se destacarem pelo voluntariado e a filantropia que prestam à sociedade.

## 2. METODOLOGIA

O artigo apresentado fora elaborado dentro da abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa Bibliográfica. Para Lima e Mioto “o processo de pesquisa se caracteriza como uma atividade científica básica, que através da indagação e (re) construção da realidade, fomenta a atividade de ensino e a renova frente à realidade”. (2007, p.39) A pesquisa qualitativa é subjetiva e requer a amplitude da reflexão, usa estratégias diversas de investigação e interpretação. Quando lidamos com as ciências sociais, a objetividade limita a universalidade do estudo. Lima e Mioto ainda mencionam que a pesquisa bibliográfica se configura na reflexão elaborada de teorias mediante a reunião de obras.

Seguem as fases metodológicas aplicadas para a elaboração da pesquisa: Fase I: Elaboração do projeto de pesquisa: Reuniões em equipe para discussão e decisão da problemática. Fase II: Leitura interpretativa: Pesquisa bibliográfica reunindo uma coleção de autores que tratam sobre o tema. Fase III: Leitura seletiva. Categorização das informações em tabelas com tendências e autores. Fase IV: Síntese integradora. Organização dos dados em um artigo, sendo ele dividido em três eixos: I. Compreendendo a inserção do assistente social no Terceiro Setor; II. Organização e processo de trabalho do assistente social no Terceiro Setor e III. Princípios norteadores da prática profissional no Terceiro Setor.

Com isso, buscamos compreender e identificar como se desenvolve o fazer

profissional de acordo com seu Projeto Ético-Político-Profissional, no Terceiro Setor, sendo ele responsável por defender, formular e executar programas sociais dentro destas instituições, juntamente com outros instrumentos e estratégias para efetivação de direitos

### **3. A CRISE DE 1970 E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS AO CENÁRIO NACIONAL**

É inaceitável se pensar o Terceiro Setor desassociado do Estado e das estratégias reprodutivas da economia mundial, ou seja, antes de qualquer visão simplória sobre as ações desenvolvidas em qualquer espaço sócio ocupacional pertencente ao Terceiro Setor, é preciso analisar a quais interesses essas atividades atendem, interesses esses que vão além das respostas solicitadas pelas demandas emergentes da conjuntura em que se insere.

Segundo Yamamoto (2007), é preciso compreender a influência da economia nas ações mundiais que acarretam uma adaptação brasileira, um momento macro para identificar esses aspectos é a crise de 1970, responsável por uma série de precarizações, cortes e reformulações do modo produtivo do próprio capital. A crise mencionada surge em um contexto de altos índices inflacionários, aumento de preços e divisão da potência econômica, quando os Estados Unidos passam a dividir seu monopólio com o Japão e a Alemanha, introduzindo nos países subalternos suas ideias de produtividade como, por exemplo: o conceito de Qualidade Total.

Tudo se origina a partir do plano produtivo econômico, baseado no modelo Taylorista/Fordista, com a hiper valorização da divisão do trabalho e produtividade em massa. Este cenário se transforma, exigindo, como já é de conhecimento, uma estratégia de reestruturação produtiva, incitando o consumo e criando um modelo de remuneração indireta ao trabalhador, empregado através de políticas públicas que reproduzissem os ideais do capitalismo, suprimindo suas necessidades básicas emergentes, ao mesmo tempo em que davam a possibilidade de reinserção do trabalhador produtivo e espaço em seu salário para o consumo, tão visado pelas grandes organizações.

Esse vislumbre por políticas públicas e o desejo da elevação do consumo fez surgir a necessidade do pleno emprego, através dos pensamentos Keynesianos (Estado de Bem Estar Social), pois com a garantia de um salário e a ampliação do Estado no fornecimento de recursos básicos seria possível a disponibilidade de uma parcela desta remuneração em prol do consumo, lembrando que este plano não aconteceu no Brasil por conta do perfil retardatário do país e suas particularidades. Podemos considerar, então, que houve uma mescla dos três sistemas: taylorismo/fordismo/keynesianismo à brasileira.

Com a crise de 1970, o cenário de participação do Estado, bem como o modelo produtivo em massa, não resistiu por muito tempo, neste entremeio, existindo a necessidade da inserção de uma política Neoliberal, com o enxugamento do Estado, privatização de recursos públicos e uma série de ações que precarizaram o mundo do trabalho, como por exemplo a necessidade de um trabalhador polivalente e a retomada da responsabilização do trabalhador pelos males econômicos estruturais. (SILVA E VALVERDE, 2011).

No Brasil, uma série de ações foram pensadas ao longo da década de 1980 (famosa década perdida), arrastando-se até os anos de 1990, com oscilações inflacionárias, elevação da desigualdade social, planos de reajuste econômico, desmonte do Estado interventor, globalização e, por fim, a identificação de um modelo Toyotista de trabalho, resumindo-se na flexibilização produtiva, geradora de uma série de prejuízos à classe trabalhadora, tanto no corte de gastos com o social, tanto no incentivo à competitividade e à desunião da própria classe, com o enfraquecimento dos sindicatos.

Dessa forma, surge a necessidade do Estado desresponsabilizar-se de suas obrigações, transferindo-as para o próprio trabalhador ou para outras entidades que se propusessem, de forma voluntariada, assumir este papel. Tudo isso resultou na precarização e desvalorização de muitos profissionais que atuam no meio social, tornando as formas de contratação, bem como as atividades processuais, totalmente limitadas, como consequência, eleva-se a dificuldade no quesito efetivação de direitos para a classe trabalhadora.

#### **4. O TERCEIRO SETOR E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL**

As condições de trabalho do assistente social e as novas configurações apresentadas a esta categoria requerem uma profunda análise acerca de um cenário neoliberal constituído em 1990 e a transformação do mundo do trabalho em detrimento das novas relações produtivas, desenvolvidas pelo setor econômico, como por exemplo o enxugamento do Estado para o Social e sua elevação para o Capital.

Em 1970 houve uma crise que abalou todo o país quando foi descoberto o perfil não renovável do petróleo, com isso, o desenvolvimento do Brasil decaiu, desencadeando o agravamento dos saldos negativos na balança comercial, quebra do rendimento real e grande inflação. A situação econômica do país proporcionou indignação na sociedade, pois ficaram notáveis os abusos que o governo vinha cometendo ao longo dos anos. Revoltada com o cenário, a população reage fazendo diversos movimentos sociais, mais tarde, na década de 1990, estes movimentos serão

institucionalizados pelo Estado e pela Privatização. (ALENCAR,2009).

A crise de 1970 foi uma pólvora para a situação econômica que se alastrou durante as próximas décadas, ocasionando a crise de 1990, com o incentivo Neoliberal e o enxugamento do Estado. Com isso, surgem novas expressões da questão social e o Terceiro Setor, com uma promessa de renovação do espaço público, resgate da cidadania, solidariedade e superação da pobreza extrema, utilizando fundamentos antigos como a filantropia e o voluntariado, em uma roupagem empresarial e mercantil.

Podemos entender, conforme diz Alencar (2009), que o Terceiro Setor surge então com o intuito de promover benefício para o Estado e para o Capital através de duas Estratégias. A primeira totalmente econômica, com cortes em decorrência da crise fiscal ocasionada pela tentativa de um fordismo/keynesianismo à brasileira. A contra reforma gerou, então, o incentivo à privatização, ao livre comércio e à ausência do Estado em ações para o Social. A segunda se trata de cunho ideológico, com o intuito se firmar e legitimar os planos desenvolvidos através do discurso de responsabilidade social para a sociedade civil, cidadania, voluntariado e criminalização da pobreza.

Dentro do conjunto do Terceiro Setor, que se coloca atrelado ao Estado e ao mundo Privado, existe, por exemplo, as instituições não governamentais, sem fins lucrativos (ONG's). Muitas pessoas não conhecem sobre o Terceiro Setor, esse desconhecimento existe por obtermos pouca pesquisa sobre o assunto, sendo este um movimento que, na linguagem empresarial, proclama por virtudes no setor social e não efetivação de direitos, principalmente no que diz respeito à substituição do Estado na provisão de serviços públicos ou mesmo na elaboração de políticas públicas. (JUNIOR E CALEGARE,2009).

No que diz respeito à precarização do trabalho do assistente social a desqualificação dos recursos para o profissional de Serviço Social é decorrente de características inseridas também na década de 1990, com a implantação das políticas neoliberais e o surgimento do Terceiro Setor. A reestruturação produtiva que abrange o processo de fragmentação e precarização do mundo do trabalho traz consequências diretamente ligadas às condições de trabalho do assistente social.

Com relação a essas tendências e mudanças que acarretam impactos significativos, configuram-se como principais motivos: a globalização, a mundialização e o incentivo industrial privativo, que refletem na reestruturação produtiva, flexibilidade e maior rotação da força de trabalho. Este novo perfil de mercado impulsiona a obrigatoriedade de inovações, competitividade, e um novo perfil que se enquadre às exigências empresariais. (MOTA,1998)

Nessas alterações da divisão social, atribuíram-se novas demandas e a

necessidade de funções terá de se ajustar a essas novas relações de trabalho, onde o assistente social deverá refazer o seu fazer profissional, em decorrência das políticas mínimas advindas do próprio Estado, que reduz os recursos para a atuação, efetivação e garantia dos direitos, incentivando o voluntariado e participação da sociedade civil.

Nesse contexto, as dificuldades encontradas pelo assistente social como um profissional que deve se manter em defesa da classe trabalhadora e da efetivação de direitos, leva em consideração a luta contra a ideologia do seu maior empregador, o Estado. Dessa forma, a principal ferramenta de enfrentamento junto a essas novas transformações, no mundo do trabalho e das relações sociais entre o Estado e a sociedade civil, com a radicalização neoliberal, está caracterizada na mediação entre as partes para efetivação dos direitos sociais.

A atividade desenvolvida pelo assistente social na coordenação e execução de programas e projetos no Terceiro Setor se constitui como uma especialização do trabalho coletivo, vinculando-se às particularidades da “questão social”. Diante disso, as funções desenvolvidas pelo assistente social ocupam um importante espaço junto aos serviços sociais, possuindo um significado de reprodução das relações sociais em sua prática profissional. Portanto, cabe a esse profissional a articulação entre a mediação e efetivação de direitos, atuado na elaboração, coordenação e monitoramento da execução desses projetos, que vão além de identificar, mas, sobretudo, vão intervir nas situações de risco social. (ALENCAR, 2009).

Sendo assim, diante das limitações impostas pelo Estado, e na busca para contemplar os direitos sociais, o serviço social atua nas organizações não lucrativas do Terceiro Setor, enquanto um novo espaço sócio-ocupacional para a profissão que possui como sua maior dificuldade a efetivação dos direitos, em um cenário de políticas mínimas, que contemplem as novas demandas, com seus recursos financeiros limitados. Além disso, o assistente social acaba submetendo-se à precarização, com um processo de trabalho atrelado à acumulação produtiva e flexibilização do trabalho.

## **5. COMPREENDENDO A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR**

Como parte da metodologia do trabalho exposto, organizamos a análise do tema e seus dados em três eixos, são eles: Compreendendo a inserção do assistente social no Terceiro Setor; Organização e processo de trabalho do assistente social no Terceiro Setor e Princípios norteadores da prática profissional no Terceiro Setor. No que diz respeito ao primeiro eixo, é indispensável comentarmos sobre as atividades desenvolvidas pelas instituições.

Montãno (2007) fala sobre o conjunto de interesses entre a esquerda e a

direita na propagação do Terceiro Setor, onde vemos a necessidade de conquistar o trabalhador, a produtividade, o consumo e, ao mesmo tempo, um caráter progressista, isso poderá variar de autor para autor. As atividades desenvolvidas por instituições do Terceiro Setor são um misto de pedagogia para emancipação política do público alvo, e ajustamento social. Uma vez que promovem seminários e debates e, ao mesmo tempo, cursos para desenvolver habilidades específicas dentro do núcleo familiar do agricultor rural. Efetivam direitos, pois atendem demandas da questão social que precisam de respostas, no entanto, não vão além. Constroem um ciclo temporário de acompanhamento familiar, com o intuito de um *feedback* ao término deste processo.

A importância do assistente social dentro do Terceiro Setor é de grande habilidade, no sentido em que exerce um posicionamento ético e político dentro da perspectiva social. Dessa forma, contribui para o fortalecimento de direitos e execução das políticas públicas, pois afinal, se o Terceiro Setor é visto como um novo voluntariado, em decorrência da abstenção do Estado, cabe ao assistente social enquanto trabalhador autônomo lutar por sua inclusão nestes espaços para descaracterização deste perfil ultrapassado. Ora, se o profissional negar estas instituições, automaticamente estará contribuindo para efetivação do plano Estatal e deixando de lado sua luta enquanto categoria de trabalho especializado.

O perfil reivindicatório, de luta e resistência faz parte do atual código de Ética da profissão, sendo assim, o assistente social não tem a solução pronta para as expressões da questão social, na verdade, nós encontramos estratégias através da assistência, da Previdência e de algumas ações do próprio Estado, como por exemplo, o próprio Terceiro Setor. O profissional não deve possuir um perfil messiânico, achando que tudo pode solucionar apenas com a sua formação, mas também precisa manter viva a sua capacidade de luta por efetivação de direitos e não somente gerir procedimentos burocráticos. (IAMAMOTO, 1998).

Dentro de uma instituição do Terceiro Setor, acaba se privando da sua formação reivindicatória, claro, pois o profissional não deve limitar-se a militância, no entanto ela deve existir em suas ações profissionais, e é justamente isso o que falta dentro destas instituições. As ações se tornam metódicas e o assistente social se foca em planejar e administrar os programas desenvolvidos pela política que gere o órgão e até mesmo processos administrativos. Essa característica já foi contemplada anteriormente, quando citamos a nova estrutura funcional do trabalho nas relações de produtividade exaltamos, aqui, a flexibilização e a precarização do trabalho. No entanto, mesmo de forma precária, a politização destes espaços, pode ser, sim, considerada como um enfrentamento ao plano Neoliberal.

A precarização do trabalho tem como razão última do capitalismo a lucratividade. O único corte irrelevante seguindo a lógica da flexibilização do trabalho é o trabalhador, ou seja, a mão de obra, daí o desemprego, o ajuste salarial, a competitividade, a flexibilização de direitos trabalhistas e afins. A maior dificuldade é relacionada à precarização do trabalho do assistente social, uma vez que, ele não se encaixa em regime celetista e nem por meio de concurso público. Quando inserido no Terceiro Setor, a precarização de seu trabalho é exorbitante, por conta da falta de reconhecimento da sua contribuição para este espaço.

Mais uma vez é possível identificarmos o quão compensatório é para o Estado a ampliação do Terceiro Setor, pois o mesmo restringe ao mínimo a sua responsabilidade e disponibilização de recursos para efetivação dos direitos previstos pela Constituição de 1988. O assistente social se vê de forma autônoma, sem garantia de salário e sem proteção de leis trabalhistas.

## **6. ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR**

Neste segundo eixo poderemos analisar como se organiza especificadamente o assistente social no Terceiro Setor, suas atribuições, carga horária e aspectos que contemplam sua relevância, bem como o papel a-político do Estado.

De acordo com Montão (2007), na década de 1990 o Terceiro Setor ampliou-se consideravelmente, com o intuito de desresponsabilização do Estado e do mundo Privado frente à questão social, isto é, os recursos de crédito fácil para essas instituições possuem interesses ideológicos e neoliberais de reestruturação do próprio capitalismo, em uma tentativa de camuflagem das devastações ocasionadas por um sistema de parcerias induzindo a aceitação desta precariedade pela Sociedade Civil.

O papel do serviço social dentro de instituições do Terceiro Setor é normalmente voltado para algum programa social como, por exemplo, a habitação. Assim, atribui projetos específicos para atendimento aos beneficiários, compreende e dá suporte para auxiliar o acompanhamento e participa do processo de avaliação dos beneficiários, organizando e registrando todas as ações e eventos para determinadas obras, que são promovidas pela a instituição. Isso tudo se dá através de atividades como: receber documentações e efetuar cadastros das pessoas que são aprovadas no sistema, proporcionando a inserção no programa envolvido.

No que diz respeito aos horários de funcionamento das instituições contemporâneas, normalmente se dá em horário comercial, aproximando o espaço sócio-ocupacional a traços e conceitos mercadológicos, do mundo privado. A carga horária dos funcionários é determinada pelas atribuições agregadas ao cargo que

exerce. Essas duas relações mostram uma fragilidade que existe não só em equipamentos do Terceiro Setor, mas também em espaços públicos assistenciais.

Montão diz que isso descaracteriza o caráter profissional do assistente social ressaltando a visão do voluntariado, como diz Montão, 2007, pág. 59:

Com status de “novidade”, muitas vezes, os autores do “Terceiro Setor” incorporam diversos temas tratados pelos teóricos que analisaremos: “o “novo associativismo”: a “nova questão social”, a “nova sociedade sem emprego ou de “tempo livre”; as novas” contradições supraclássistas”; a “nova solidariedade”, a “nova consciência social doempresariado.

As facilidades vislumbradas pelo Estado com o Terceiro Setor fazem com que essa realidade acabe sendo propagada cada vez mais, pois é muito mais vantajoso financeiramente uma política de solidariedade do que uma política de efetivação propriamente dita.

De acordo com Montão (2007), a disseminação da ideia do “ser cidadão”, incentivando a participação solidária nas ações de caráter social, têm como finalidade principal conter possíveis revoluções, pois garantirá a ordem e a democracia, bem como, evitar a possibilidade do acúmulo de poder nas mãos da camada majoritária da sociedade civil. O autor também aborda a necessidade do Estado descentralizar suas responsabilidades através da terceira via, denominada Terceiro Setor.

Os recursos financeiros para manutenção dos institutos, bem como dos projetos e dos programas, muitas vezes são fornecidos pelo conjunto União e Ministério das Cidades de forma mínima e ineficiente, pois não consegue responder a quantidade de demanda, fazendo com que um número preocupante de famílias aprovadas pelos programas não consigam ter seus direitos efetivados. Isso já acontece em equipamentos assistenciais no Terceiro Setor, então, possui mais dificuldade ainda, uma vez que, a titulação de instituição sem fins lucrativos remete à ação voluntariada e, conseqüentemente, sem necessidades de manutenção, segundo a ideologia perpassada para a população.

. No que diz respeito sobre a interdisciplinaridade no Terceiro Setor, ela se dá através do envolvimento em projetos que requerem uma série de atribuições específicas e não com trabalhos contínuos intercalados, ou seja, existe um programa “x”. Cada profissional vai atender esse programa de acordo com sua profissão, quando na verdade os profissionais deveriam estar integrados e não cada qual com sua função. Esses apontamentos nos fazem refletir sobre a necessidade da multifuncionalidade em detrimento da própria precarização do trabalho, como diz Gomes, pág. 04, 2016:

O mercado contemporâneo reconhece a necessidade do trabalhador multifuncional e com capacidade para trabalhar em equipe. Muito

se discute na área do Serviço Social sobre a precarização do emprego como uma das facetas da questão social, e a polivalência ou flexibilização do trabalho, como uma das consequências dessa precarização. Contudo, é do conhecimento dos profissionais do Serviço Social que para intervir em uma realidade, antes de tudo é necessário conhecê-la.

É um trabalho mais multidisciplinar do que interdisciplinar, pois as ações são voltadas de acordo com as necessidades dos projetos e não dos beneficiários. Daqui pode surgir a dúvida: Mas os projetos não são para os beneficiários?”. A resposta é sim, no entanto, o caráter temporário do projeto descaracteriza o pronto atendimento dos beneficiários e valoriza apenas a efetivação dos projetos.

## **7. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO TERCEIRO SETOR**

Neste último eixo, serão abordados de forma sucinta os princípios que precisam e devem nortear o trabalho do assistente social em decorrência das expressões da questão social, apresentadas como demandas nas instituições do Terceiro Setor.

Conforme dia Montão (2007) as instituições com funções solidárias surgem em prol de interesses econômicos, assim, um órgão do Terceiro Setor, quando se estrutura, vislumbra antecipadamente algum objetivo e, na maioria das vezes, determina uma causa, dessa forma, voltam suas ações para remediação como a tentativa de amenizar as situações ocasionadas pelo capitalismo. De antemão, é necessário uma ou mais pessoas que deem entrada ao processo burocrático da fundação e, então, estabeleçam vínculo com o Estado por intermédio de algum programa social que fornecerá recursos financeiros.

. O interessante em se observar é que, em caráter nacional, as instituições sem fins lucrativos, em sua grande maioria, caracterizam-se como ONG'S, no entanto, alguns municípios possuem políticas de promoção, fortalecendo a ideologia da indispensabilidade destas ações. Podemos identificar, pois, como surge o embrião incentivador do crédito recursal para as entidades do Terceiro Setor, mostrando claramente o processo legal de abstenção do Estado e, ao mesmo tempo, sua contribuição de forma insignificativa, pois de toda forma, mesmo que mínima, o Estado precisa controlar a questão social.

Observemos a legitimação desse processo através desta nota explicativa da Caixa, 2018, pág 01:

Dentre diversas atribuições, a Entidade Organizadora é responsável por desenvolver atividades de planejamento, elaboração e implementação do empreendimento, providenciar a regularização da documentação, organização de grupos, viabilizar a contratação e acompanhar a execução dos projetos. Previamente à contratação das propostas, a Entidade Organizadora deve ser habilitada para atuar no PNHR junto ao Ministério das Cidades.

Essas instruções norteiam a funcionalidade burocrática para se constituir uma organização sem fins lucrativos. A forma como os assistentes sociais adentram nesses espaços algumas vezes se dá por meio de conhecimento com alguns diretores ou coordenadores, de forma espontânea e com autorização do município, mesmo que seja sem fins lucrativos. O papel do assistente social vai ser voltado para elaborar projetos e executá-los dentro das ONG'S, realizando um papel de mediação que irá responder às demandas das famílias que estão dentro do programa em execução.

Tomando como referência o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (1993) com o código de ética, é possível identificar, destacadamente, o atendimento a pontos como: inserção de parcelas de diferentes seguimentos sociais através da efetivação de seus direitos; Promulgação do conhecimento e acesso às políticas sociais, bem como, seus programas; Discussão sobre diferenças; Articulação com outros movimentos sociais e categorias que compactuem dos mesmos interesses, além de muitos outros aspectos com relevância sobre o projeto ético e político.

O trabalho realizado pelos assistentes sociais no Terceiro Setor acrescenta que, mesmo fazendo um trabalho no setor das "ONG's", não se pode esquecer qual é a sua função e nem deixar de cumprir os princípios e deveres da profissão que esteja exercendo, no local de trabalho, principalmente, o respeito e a efetivação de direitos, lembrando que o assistente social tem que estar sempre atualizando e buscando rever todas suas bases teóricas, para nunca deixar de atender os direitos da sociedade, pois, a cada instante tudo muda e se transforma.

Dessa forma quando se faz cumprir o compromisso do assistente social no Terceiro Setor o espaço sócio ocupacional pertencente a esta categoria se faz definitivamente legítimo, vem do perfil de luta do serviço social assumir o Terceiro Setor, politizando-o e não deixando o Estado simplesmente voluntariar estas ações, pois na guerra entre apontar de quem é a responsabilidade, a efetivação de direitos acaba sendo deixada de lado.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É possível observar a importância do assistente social no Terceiro Setor, pois somente este profissional possui estratégias no serviço social que irá manter viva a capacidade de luta por efetivação de direitos. É um trabalho desafiador e precarizado, tendo em vista o modelo de flexibilização produtiva, levando o profissional a desempenhar várias funções que não lhe cabem, além de dificuldades de conquistarem garantias, salários justos e proteção trabalhista, no entanto, essas características apontam a falha do Estado, mas não tiram a legitimidade das ações realizadas pelas instituições do Terceiro Setor.

Enfim, a importância de um profissional atualizado, levando consigo o projeto ético político da profissão é indispensável, uma vez que dentro deste espaço sócio-ocupacional, o assistente social deve dirigir sua profissão de maneira que nunca esqueça sua função, cumprindo seus princípios e deveres profissionais, afinal, o Estado, em seu perfil mínimo, agrava as expressões da questão social, e cabe ao profissional da assistência lutar por recursos, bem como, atender às demandas apresentadas, assim, o Terceiro Setor se torna um espaço legítimo de atuação e luta, pois negando o Terceiro Setor como um novo espaço sócio ocupacional, o assistente social acaba por contribuir com o projeto Estatal de despolitização das intervenções sociais e promulgação da solidariedade.

## 9. REFERÊNCIAS

ALENCAR. Mônica Maria Torres de. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas** In.: Serviço Social direitos sociais e competências profissionais, 2009. Disponível em:

(file:///C:/Users/Lucas%20e%20Mariane/Downloads/LIVRO%20COMPLETO%20-%20%20CFESS%20-%20Servico%20Social%20-Direitos%20Sociais%20e%20Competencias%20Profissionais%20%20-2009.pdf). Acesso em 14 de junho de 2018, às 15h.

ANTUNES. Ricardo, **ADEUS AO TRABALHO: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade e do mundo do trabalho**. 16ª ed- Cortez, 2015.

CAIXA. **Programa de habitação rural**. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>> Acesso em 29 de maio 2018, 10h50min.

CALEGARE. Marecelo Gustavo Aguiar I,II;JUNIOR: Nelson Silva,II, "**A construção do Terceiro Setor no Brasil: da questão social à organizacional**". Revista Psicologia Política, São Paulo, v,9.n,17,junho,2009.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social, Conselho Federal de Serviço Social Edição Revista e Atualizada**; Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf)>. Acesso em 10 de junho de 2018, 12h00m.

GOMES. Nilvania Alves. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: Confluências e Desafios**; Tipo de trabalho (artigo) - curso: serviço social, Universidade Presidente Antônio Carlos, 2016.. Disponível em <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/b0/b05174b2-f299-4679-8d9a-70cdd43580ed.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2018, 12h00m

IAMAMOTO. Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. In: O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional-13<sup>o</sup> ed. São Paulo- Cortez, 2007.

ALVES. Giovanni. **Trabalho Estranhado e Propriedade Privada”, Manuscrito Econômico- filosóficos**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MIOTO. Regina Célia Tamaso e LIMA . Telma Cristiane Sasso de. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. In.:Katalysis, Santa Catarina, Sielo, 2007.

MONTAÑO. Carlos, **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**- 4<sup>o</sup>, ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA. Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social – 2<sup>o</sup> ed** - , São Paulo, Cortez, 1998.

SILVA. Daniel Nogueira; VALVERDE. Rosembergue, **Crise Fiscal e Ajuste do Estado, uma Análise do Caso do Brasil**. Disponível em<<http://www2.uefs.br/semic/upload/2011/2011XV-842DAN318-220.pdf> . Acesso em 12 de julho de 2018 às16h14.